

**TERMINAL EMBRAPORT**

**Proposta de Programa de Educação Ambiental  
para a comunidade da Ilha Diana**

**REVISÃO 01**

**AGOSTO 2012**

**Santos - SP**

*"Aprendi a entender as coisas do mar, a conversar com as grandes ondas e não discutir com o mal tempo.*

*Aprendi a transformar o medo em respeito, e o respeito em confiança.*

*Aprendi que para se chegar onde quer que seja, é preciso antes de mais nada querer."*

*Amyr Klink*

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>9</b>
<b>3. ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E PÚBLICO-ALVO .....</b>	<b>10</b>
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>13</b>
<b>5. AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS.....</b>	<b>14</b>
<b>6. CRONOGRAMA .....</b>	<b>20</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>21</b>
<b>8. EQUIPE TÉCNICA .....</b>	<b>24</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta proposta para o Programa de Educação Ambiental a ser desenvolvido com a comunidade da Ilha Diana, que visa atender a condicionante nº **2.15** da renovação da Licença de Instalação nº 387/2006 de 04 de agosto de 2011, emitida pelo IBAMA, no âmbito do licenciamento ambiental do Terminal Embraport.

Esta proposta foi elaborada a partir da análise dos resultados do diagnóstico participativo realizado pela Embraport nos meses de setembro e outubro de 2011, seguindo as diretrizes do Parecer Técnico nº 36/2011-COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA e das recomendações apresentadas pelo diagnóstico socioambiental participativo realizado no âmbito do Programa de Monitoramento da Obra de Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso do Porto de Santos, realizado pela CODESP, no período de maio a novembro de 2010.

Vale ressaltar que esta versão Proposta, Revisão 01, visa atender a condicionante nº2.15 da Licença de Instalação nº874/2012 – IBAMA e Parecer Técnico nº63/2012-COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA.

A seguir estão relacionados os resultados mais significativos que nortearam a construção desta proposta:

*"Ilha Diana é tradicionalmente uma comunidade de pescadores, os habitantes têm na pesca suas raízes culturais, familiares e econômicas."*

*"Com a deterioração das condições ambientais a pesca não é mais viável economicamente."*

*"A população tem consciência dessa inviabilidade, mas está despreparada para a rápida mudança socioeconômica decorrente da deterioração da atividade pesqueira."*

*"A população não encontrou ainda alternativas geradoras de emprego e renda satisfatórias e se mostra pouco capacitada para o ingresso no mercado de trabalho."*

*"O cenário criado pela combinação do declínio da atividade pesqueira com a presença de grandes empresas como protagonistas na região é de baixa autoestima e insegurança da população a respeito de suas potencialidades e responsabilidade."*

*"A maioria tem dificuldade em identificar o que poderia ser feito, deixando evidente a falta de visão empreendedora e de confiança em si mesma e no grupo."*

*"Demonstram apatia sobre alternativas econômicas e não acreditam em um empreendimento comum gerenciado por eles próprios."*

*"Além da questão financeira, os moradores demonstram descontentamento pela perda da tradição pesqueira e pelo afastamento das gerações mais jovens de suas raízes. Por outro lado, em alguns momentos, deixaram claro que se enxergam como um bairro de Santos, e não como uma comunidade tradicional ribeirinha."*

*"Consolidou-se entre a população o sentimento de vítimas e dependentes, que devem receber favores e benefícios das empresas."*

*"A baixa escolaridade dessas pessoas reflete na pouca capacitação para o mercado de trabalho."*

*“A entidade formalmente representativa da população da Ilha Diana é a Sociedade de Melhoramento. De acordo com comentários feitos pelos habitantes a liderança é frágil e eles não se sentem de fato representados.”*

Os Principais problemas identificados pelo diagnóstico, realizado pela Embraport, foram: a insegurança sobre a permanência na ilha; a grande dificuldade de articulação comunitária e política; o comportamento de espíritos armados e arredios a qualquer interação e a postura clientelista, de reivindicação e conflito com as empresas locais.

O diagnóstico realizado pelo Programa de Monitoramento da Obra de Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso do Porto de Santos, aponta possibilidades de desenvolvimento local relacionadas com a exploração turística do potencial paisagístico e apresenta como recomendações a realização de ações de formação como meio de qualificar a comunidade para a exploração do potencial turístico. Para pensar em ações de desenvolvimento local, o diagnóstico recomenda a construção de espaços de articulação coletiva envolvendo a comunidade local, setores empresariais, o governo municipal de Santos, o SEBRAE, setores de pesca e turismo.

Tendo como foco os resultados apresentados no diagnóstico realizado pela Embraport, propõem-se um programa de educação ambiental com foco no empoderamento dessa comunidade, na recuperação de sua identidade cultural, na construção de laços de confiança e solidariedade e na geração de trabalho e renda.

As primeiras ações, necessariamente, deverão ter o foco na reconstrução das relações entre a comunidade e empresa, baseadas em valores de cooperação, corresponsabilidade, compartilhamento na tomada de decisão e nas escolhas que beneficiem a coletividade. Ainda nesse contexto, faz-se necessário, estabelecer um canal de comunicação permanente das empresas

com a comunidade. Está é uma reivindicação explicitada pela comunidade nas entrevistas para o diagnóstico participativo.

Entendendo que a atitude de cobrança da comunidade é uma visão equivocada das competências e responsabilidades, somada à oportunidade que vêm, na presença da Embraport, de serem atendidos na sua necessidade. Considerando essa compreensão, o presente programa ambiental atuará criando oportunidades de novos aprendizados, em que novas relações são estabelecidas, sem espaço para o clientelismo e para interesses individuais.

Outras ações desta proposta estão relacionadas com a formação/capacitação para o trabalho. Nesse aspecto há pelo menos duas vertentes: Uma relacionada com a formação para empreendedorismo, geração de trabalho/renda e outra para o trabalho formal. Em que pese as fortes raízes ligadas à atividade de pesca, na atualidade, a maioria dos moradores trabalha em atividades portuárias, no comércio e serviços fora da Ilha. Nesse sentido é importante identificar quais são os postos de trabalho gerados com a expansão das empresas portuárias e oferecer qualificação da mão de obra local para esses serviços. Essa ação deve ser especialmente voltada para oferecer perspectivas de futuro aos jovens da comunidade.

As ações de formação para a geração de trabalho e renda com caráter cooperativo/associativo devem considerar o componente afetivo e o saber local a respeito da pesca. Essas devem buscar constituir um grupo de trabalho, preferencialmente com as mulheres, que constituem o grupo de marisqueiras e outros moradores que ainda tem a pesca como complemento da renda familiar.

Constituído esse grupo, o seu empoderamento e fortalecimento, pode contribuir para o enfrentamento dos conflitos e busca de resolução para que associação de moradores venha a ser representativa da coletividade. A concretização de um trabalho exitoso com o grupo influenciará positivamente novas atitudes na comunidade como um todo.

Atividades relacionadas à pesca, ao turismo ecológico, culinária local, artesanato, panificação, são possibilidades apontadas pelos diagnósticos, entretanto **essa é uma questão a ser pactuada com o grupo em um processo de construção coletiva. Tal processo passará por reuniões de planejamento participativo, cursos, oficinas e, sobretudo pelo contato com experiências exitosas em outras comunidades.**

Para enfrentar a pouca receptividade da comunidade apontada pelo diagnóstico, propõem-se, estrategicamente, desenvolver ações educativas com as crianças. Essa é uma reivindicação recorrente e também, uma observação de que nas reuniões com a comunidade as crianças sempre estão presentes, pois circulam livremente pela ilha. Propõem-se a realização de oficinas com jogos, e atividades lúdicas, inicialmente, nos momentos de reuniões com as mulheres, mas com a perspectiva de se constituir num projeto pedagógico construído em parceria com a escola rural municipal.

Há ainda questões levantadas pelo diagnóstico que representam dificuldades e trazem condição de exclusão de direitos cidadãos. Questões como ausência de coleta e tratamento de esgotos e de código de endereçamento postal e outras cuja solução passa pela gestão pública, poderão ser encaminhadas pela própria comunidade ao se fortalecer, compreender as competências, buscar os seus direitos e cumprir seus deveres de cidadão.

A Educação ambiental, aqui proposta tem o compromisso com o fortalecimento, com o empoderamento, com a proteção da autonomia do grupo de modo que a comunidade se torne protagonista de suas conquistas e de sua história.

Há um longo caminho a ser percorrido, portanto trata-se de um trabalho a ser construído em etapas, com ações de curto, médio e longo prazo, com respeito ao ritmo próprio da comunidade e com avaliações periódicas que conduzam ao replanejamento.

## 2. OBJETIVOS

- Contribuir para a construção de novos conhecimentos, habilidades e desenvolvimento de atitudes para a participação nos processos decisórios sobre os destinos da comunidade;
- Promover ações de estímulo ao dialogo e à percepção sobre novas possibilidades para o enfrentamento das dificuldades que afetam as relações comunitárias e o desenvolvimento local;
- Resgatar/ construir laços de confiança solidariedade na comunidade;
- Construir um canal de comunicação e diálogo permanente da comunidade com a empresa;
- Sensibilizar o grupo de mulheres da associação das mães e as marisqueiras, e pescadores para a constituição de um grupo alvo das formações;
- Empoderar e fortalecer a comunidade por meio de ações inicialmente focadas nesse grupo alvo e na sua importância para o desenvolvimento de ações transformadoras da realidade;
- Estabelecer práticas de gestão compartilhada dos recursos oriundos das empresas para ações de desenvolvimento local, de modo a construir a responsabilidade com o coletivo;
- Proporcionar contato com experiências exitosas em outras comunidades de modo a tratar a apatia em relação ao empreendedorismo e estimular a construção coletiva de um projeto cooperativo de geração de trabalho e renda;
- Fomentar projetos de geração de trabalho e renda que conciliem as condições da realidade ambiental com sonhos e desejos da comunidade;
- Propiciar conhecimento dos direitos e deveres do cidadão com o objetivo de exercer a Cidadania;

### **3. ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E PÚBLICO-ALVO**

Ilha Diana, administrativamente, pertence ao município de Santos – SP e territorialmente encontra-se estreitamente ligada à área continental do município desse município. De propriedade da União, com uma área de 29.463 m<sup>2</sup>, localiza-se a 1,5 km de Vicente de Carvalho, Guarujá, na confluência do Rio Diana com o Canal de Bertioga e ainda ao lado do Rio Jurubatuba. A Lei de uso e Ocupação do Solo na Área Continental de Santos (L.C. nº 359/ de 25 de novembro de 1999) inclui a Ilha Diana na Zona de Preservação com as metas de proteger os ecossistemas, os recursos genéticos e as populações tradicionais.

O último censo realizado na vila pela Secretaria de Planejamento de Santos (SEPLAN) no ano de 2003 levantou uma população relativamente estável, constituída de 65 famílias e aproximadamente 205 habitantes. O acesso se dá por meio de barcas da Companhia Bom Jesus, regulamentada e com custo subsidiado pela Prefeitura Municipal de Santos, cujo ponto de embarque está localizado ao lado do Terminal República das Barcas, ligando Santos e Vicente de Carvalho no Guarujá.

A localização dentro da região e a imagem aérea da localidade estão ilustradas nas figuras 1, 2 e 3.



**Figura 1: Foto aérea da região com a localização (seta) da Ilha Diana. Fonte: Google**



**Figura 2: Ilha Diana (marcador amarelo). Fonte: Google**



**Figura 3: Foto aérea da comunidade da Ilha Diana. Todos os habitantes da ilha constituem-se no público alvo desse programa, numa primeira fase, as ações devem alcançar mais diretamente as mulheres, os jovens e as crianças. Fonte: Google.**

O projeto pretende alcançar indiretamente todos os moradores da comunidade, mas o foco direto serão as mulheres organizadas na Associação das mães e grupo de marisqueiras e pescadores. Também, serão alvos de ações continuadas, as crianças. O grupo de trabalho “crianças” será identificado a partir do contato com as mães. Os jovens da comunidade poderão ser eventualmente alvo de qualificações específicas para atender a demanda por mão de obra nas empresas portuárias da região. Essa questão depende de estudos de viabilidade, levantamentos sobre a demanda atual e futura junto às empresas, assim como levantamentos sobre onde, como e, os pré-requisitos para as formações.

#### **4. METODOLOGIA**

A metodologia adotada tem como princípio fundamental, o respeito aos saberes da comunidade, a construção de novos conhecimentos, a apropriação coletiva e o protagonismo desses ao longo dos encontros, cursos, oficinas e outras ações da formação.

As ações iniciais visarão à constituição dos grupos alvo e a partir de planejamento participativo definir-se-ão as prioridades e a validação de temas e assuntos para os quais os diagnósticos apontam. Esses temas, entretanto, serão apresentados como propostas para serem discutidas, reelaboradas, pactuadas ou até se for o caso, rejeitadas pelo grupo.

A criação do “Espaço de articulação coletiva”, reunindo representação da administração pública Municipal de Santos, o SEBRAE, setores de turismo e da pesca, se dará por meio de contatos com cada setor, para sensibilização. Será proposto um encontro com esses pares para a formação de um grupo transitório de trabalho para o apoio ao desenvolvimento local. Nesse processo de constituição de espaços de articulação coletiva, estão incluídas ações para identificar e compartilhar informações sobre as políticas públicas no âmbito federal e estadual que possam atender necessidades e anseios identificados pela comunidade local.

Para os cursos, oficinas, palestras e reuniões serão adotadas dinâmicas de grupo e outras ferramentas participativas.

Para o monitoramento do desenvolvimento do projeto pelo próprio grupo será usada a dinâmica do “boneco projeto” por meio da qual de forma lúdica o grupo poderá identificar e localizar as dificuldades e os avanços.

#### Dinâmica “Boneco- Projeto”

O objetivo é a construção participativa de ferramenta para monitoramento do andamento de um projeto

Trata-se de uma dinâmica de grupo em que os integrantes de um determinado projeto, orientados pelo mediador, representam o desenvolvimento deste projeto na figura de um Boneco (Cabeça/ tronco/ membros):

- ✓ A Cabeça representa: os valores e objetivos;
- ✓ O tronco representa: As ações necessárias para o desenvolver do projeto;
- ✓ Os Membros superiores: Um representa as relações interpessoais no interior do próprio grupo e outro as relações do grupo com parceiros externos;
- ✓ Os membros inferiores representam os recursos: um representa os recursos materiais e,
- ✓ Os outros, os recursos humanos.

O Conteúdo de cada “parte” do corpo desse “boneco/projeto” é construído participativamente pelo grupo e fica afixado num ponto de encontro ou local de reuniões. Em intervalos de tempo combinado previamente com o grupo, retoma-se o boneco para identificar os avanços e fragilidades.

## **5. AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS**

Cada comunidade tem seu próprio ritmo que deve ser respeitado, por isso o desenvolvimento, dos 15 meses de proposta, deverão se dar em etapas, de modo que se possa avaliar, corrigir rumos e replanejar em função das dificuldades enfrentadas e dos avanços alcançados.

Em relação às atividades de formação para geração de trabalho e renda, que poderão estar relacionadas à pesca, ao turismo ecológico, culinária local, artesanato, e outras possibilidades apontadas pelos diagnósticos, cabe aqui, lembrar que **essa é uma questão a ser pactuada com o grupo alvo após sua constituição, em um processo de construção participativo.**

Do ponto de vista operacional ficam divididas as ações em 4 etapas:

- Etapa 1- quatro meses
- Etapa 2- cinco meses
- Etapa 3- cinco meses
- Etapa 4 – um mês

### **5.1. Etapa 1**

Com duração de quatro meses desenvolverá as seguintes ações:

- Realização de visitas à comunidade para a abordagem inicial;
- Levantamento e identificação de políticas públicas no âmbito federal e estadual que possam vir ao encontro de demandas e necessidades dessa comunidade;
- Realização de encontro para apresentação da proposta;
- Realização de oficinas e/ou palestras abordando questões de cidadania, valores e conflitos visando fortalecer o grupo de mulheres e construir um novo olhar na comunidade a respeito de competências e responsabilidades do setor público, das empresas e da própria comunidade. Essa ação se repetirá nas etapas 2 e 3, com temas específicos identificados e encaminhados pelas oficinas e/ou palestras iniciais;
- Oficina específica com as mulheres marisqueiras, as representantes da associação das mães e os pescadores para a construção do Grupo alvo das formações para o empreendedorismo;

- Realização de saída da Ilha para conhecer experiências exitosas em outras comunidades como estímulo e inspiração para construção da própria experiência;
- Oficina para a construção do “boneco-projeto”, ferramenta pela qual o grupo acompanhará o desenvolvimento do projeto, identificando os avanços e localizando as fragilidades;
- Realização de oficinas com as crianças, acompanhando a agenda de reuniões das mães;

**Indicadores para essa etapa:**

- Grau de confiança e de envolvimento das mulheres, avaliado pela adesão e participação nas atividades;
- Definição de um sonho/desejo/ideia comum para ser desenvolvida num projeto de geração de trabalho e renda;

**5.2. Etapa 2**

Com duração de cinco meses, nessa etapa espera-se ter alcançado a confiança e o estímulo do grupo para iniciar formação específica para desenvolvimento de empreendimento que concilie desejo do grupo e condições locais. Há restrições ambientais que terão de ser consideradas na definição do projeto a ser escolhido. Essa etapa desenvolverá as seguintes ações:

- Planejamento participativo para iniciar a construção coletiva do projeto “empreendimento do grupo”. Essa ação deverá definir: nome do projeto, responsabilidades do grupo, identificar necessidades e prioridades. A partir daí, os encontros do grupo deverão acontecer para socializar os encaminhamentos e participar de formações específicas para o empreendedorismo e para o tema escolhido;
- Continuidade de oficinas e/ou palestras abordando questões de cidadania, valores e conflitos visando fortalecer o grupo de mulheres e construir um novo olhar na comunidade, a respeito de competências e

responsabilidades do setor público, das empresas e da própria comunidade;

- Criação de marca, com nome do projeto e outras ações que colaborem com o fortalecimento do sentido de coletivo e com a identidade do grupo;
- Realização de contatos com as instituições: do governo municipal de Santos, SEBRAE, SENAC, SABESP, setores de pesca e turismo, empresas e outras;
- Realização de encontro/evento com os representantes institucionais para instalação daquilo que chamamos de **"espaço de articulação coletiva"**. Trata-se de grupo transitório de trabalho com representantes institucionais para buscar soluções interinstitucionais. Essa ação otimiza recursos e contribui para compreensão das diferentes competências e para trabalhar a autonomia da comunidade;
- Contato com experiência de outra comunidade em tema específico escolhido para o projeto local. Poderá se dar por meio da ida do grupo até essa experiência ou pela recepção à representantes que tragam o relato da experiência;
- Realização de cursos abordando questões relacionadas ao empreendedorismo e à economia solidária e outros relacionados com a formação específica para o empreendimento escolhido pelo grupo;
- Encontros quinzenais para avaliação e acompanhamento do grupo;
- Realização de oficinas com as crianças, acompanhando a agenda de reuniões com as mães;
- Oficina do "Boneco projeto" para monitoramento pelo grupo;

#### **Indicadores para essa etapa:**

- Confiança e grau de envolvimento das mulheres, avaliado pela permanência de pelo menos 50% do grupo inicial nas atividades;
- Cumprimento das responsabilidades definidas e encaminhadas pelo próprio grupo nos encontros quinzenais;

- Satisfação e otimismo do grupo manifestadas nas avaliações de cada encontro;

### **5.3. Etapa 3**

Com duração de cinco meses, nessa etapa espera-se ter avançado na formação para o trabalho e renda e, construção de novas relações na comunidade alcançando satisfação e otimismo para seguir envolvidos nas ações de construção do empreendimento. Ao final dessa etapa, é desejável que o produto ou serviço do empreendimento já esteja em condições de gerar renda. As ações previstas para essa etapa são:

- Realização de cursos e/ou oficinas e/ou palestras apontados como necessários para aprimoramento do produto ou serviço objeto do empreendimento;
- Formação para plano de negócio, com ênfase para a comercialização;
- Participação em evento, feira ou outra modalidade onde possa encontrar-se com outras experiências e pares;
- Encontros quinzenais para avaliação e acompanhamento do grupo;
- Realização de oficinas com as crianças, acompanhando a agenda de reuniões com as mães;
- Oficina do "Boneco projeto" para monitoramento pelo grupo;

#### **Indicadores para essa etapa:**

- Confiança e grau de envolvimento das mulheres, avaliado pela permanência de pelo menos 50% do grupo inicial nas atividades;
- Envolvimento de outros setores da comunidade no projeto;
- Cumprimento das responsabilidades definidas e encaminhadas pelo próprio grupo nos encontros quinzenais;

- Satisfação e otimismo o grupo manifestadas nas avaliações de cada encontro;
- Iniciada a produção para comercialização;
- Clareza do grupo em relação a sua responsabilidade com os caminhos para continuidade, manifestada na avaliação final.

#### **5.4. Etapa 4**

Com duração de um mês, estão previstas as seguintes ações:

- Avaliação final com a comunidade, com elaboração coletiva de documento com a memória das ações desenvolvidas, os pontos fortes e as fragilidades e apontando caminhos para a continuidade;

## 6. CRONOGRAMA

Ações	Meses														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
Abordagem inicial															
Apresentação da proposta															
Oficinas, palestras, cursos															
Contato com outras experiências															
Planejamento participativo															
Criação de marca e identidade															
Contatos institucionais															
Encontro interinstitucional															
Oficina de monitoramento															
Avaliação final com o grupo															

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIGOTTO, Antonio César. Educação ambiental e o desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Metodologia de Educação; linha de Pesquisa Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEUSP 2008. p.127.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P.P.(coord). Identidades da educação ambiental brasileira. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

Desenvolvimento Solidário: significado e estratégia. Disponível em <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/212>. Acesso: 29/maio /2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997. (Coleção Leitura). p. 165.

GOMES, Marcos Affonso Ortiz; SOUZA, Alessandro Vanini Amaral.; CARVALHO, Ricardo Silveira de. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos sócioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: BROSE, Markus. Metodologia Participativa – uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre; Tomo Editorial e Participe, 2001, p. 63-78.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & Sociedade*, NEPAM/UNICAMP, Campinas, vol. 6, nº 2, jul-dez, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: *Identidades da educação ambiental brasileira*. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. (Documento em Consulta Nacional) Brasília: MMA/ME, 2003. p. 52

Ministério da Educação. Departamento de Educação Ambiental. Relatório de Gestão – 2003/2006 (10 cadernos). Disponível em: <http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf>. Acesso em 04 abr. 2008a.

Ministério da Educação. Departamento de Educação Ambiental. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf>. Acesso em 04 abr. 2008b.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, março/2003, São Paulo, Fundação Carlos Chagas. p. 189-205.

O meio ambiente e educação da cidadania: o que está em jogo nas grandes cidades?. In: Santos, J.E. e SATO, M. (org.) *A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora*. São Carlos: RiMa, 2001, 2003.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. A “outra economia”: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2004. Disponível em: <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/243>. Acesso em 19 mai.2009.

SINGER, Paul. É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? (texto para discussão). Ministério do Trabalho e Emprego-Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2004.

Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs). São Paulo: Contexto, 2000 (Coleção Economia).

SORRENTINO, Marcos. De Tbilisi a Thessaloniki: A educação ambiental no Brasil. In: CASCINO, Fabio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio. (orgs.) Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA/CEAM, p.27-32, 1998.

## 8. EQUIPE TÉCNICA

Equipe:

- Coordenadora - Bióloga Ana Maria Mateus Marins
- Assistente
- Monitores para as ações educativas com as crianças (2)

Consultores: Especialistas para atuação eventual, atendendo necessidades específicas ao longo do programa.

## Apresentação da Equipe Permanente

### **Ana Maria Mateus Marins**

Possui Especialização em Métodos e Instrumentos de Manejo Ambiental, Urbano e Industrial pela Universidade Técnica de Berlim (1996); Pós graduação Lato Sensu em Biologia Marinha pela Universidade Católica de Santos (1987) e Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Católica de Santos (1978). Experiência em gestão de projetos sócio-ambientais, junto ao setor público, iniciativa privada, universidades e terceiro setor envolvendo processos de organização comunitária, nas etapas de identificação das lideranças locais, na capacitação para elaboração e desenvolvimento de projetos, na formação de grupos operativos. Implantação de programas de coleta seletiva nos municípios de Santos e Ribeirão Pires – SP. Atuação como pesquisadora em projetos socioambientais desenvolvidos por universidades (UNESP, USP/Universidade de Victoria, Universidade Católica de Santos) envolvendo identificação e capacitação de lideranças comunitárias para a elaboração de planos locais de desenvolvimento. Atualmente é consultora da Solvay Indupa como coordenadora do Programa Fibras da Serra. ([www.fibrasdaserra.org.br](http://www.fibrasdaserra.org.br)), pesquisadora da Universidade Católica de Santos, como coordenadora do Programa de Conscientização da População Envolvida na Obra de Dragagem de Aprofundamento do Porto de Santos.

Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4474773J0>

### **Fernando Rebello Nastasi**

Graduação em ciências Biológicas pela Universidade Católica de Santos (2002). Mestrado em Ciências (Microbiologia) pela Universidade de São Paulo (2006) incluindo duas expedições à Antártica (2004/2006) para fins de pesquisa pelo Programa Antártico Brasileiro. MBA em Gestão Ambiental nas Empresas pela Universidade Católica de Santos (2008). Experiência na área Ambiental, tanto em pesquisa (microbiologia ambiental, biologia molecular, diversidade microbiana, biodegradação de poluentes em solos e sedimentos contaminados, bioremediação), como na área de gestão (Sistema de Gestão Ambiental ISO14001, licenciamento ambiental, inspeções e auditorias, monitoramento ambiental, tratamento de efluentes, controle de emissões atmosféricas, destinação de resíduos industriais, recuperação ambiental envolvendo caracterização e remediação de áreas contaminadas, dragagem e disposição de sedimento contaminado, compensação ambiental). Consultorias: 2008 - Pesquisador no Projeto Gerenciamento de Implantação da Agenda 21 de Cubatão (Universidade Católica de Santos / CIESP / Prefeitura de Cubatão - SP); 2010/11 - Monitoramento Ambiental da Dragagem de Aprofundamento do Porto de Santos, nos Programas de Educação Ambiental e elaboração de Diagnósticos Sócio-ambientais Participativos de 8 comunidades da Baixada Santista (Universidade Católica de Santos / FUNDESPA / CODESP).

Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4127341A6>

### **Caio Marins Tomás**

Concluindo o curso de Educação Física, no ano de 2012, na UNIFESP Campus Baixada Santista. Atualmente estagiando na área de Promoção em Saúde na ONG UACEP (monitoria de esportes de lutas) e Intervenção Interdisciplinar em Saúde na Secretaria Municipal de Saúde - Santos (orientações de exercícios físicos para grupos especiais). Desenvolvendo pesquisa em Imunologia com relação a Câncer e Anabolizantes. Bolsista do Programa de Ensino Tutoriado –(PET- MEC) Saúde da Criança na Santa Casa da Misericórdia de Santos (2011-2012) desenvolvendo atividades lúdicas e educativas de promoção á saúde com pacientes crianças.

Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4303552Z6>

### **Mariana Pereira Simonato**

Está no último ano do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo. É bolsista do Programa de Educação Tutorial Saúde da Criança, com financiamento do Ministério da Educação. Realiza estágio na Secretaria de Educação de Santos em duas unidades municipais de ensino, na Secretaria de Saúde de Santos na Seção Centro de Valorização a Criança - Zona Noroeste (SVC) e na Secretaria de Saúde do Guarujá no Centro de Apoio Psicossocial Infantil. Desenvolve pesquisa com a temática do brincar nas escolas de educação infantil.

Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4308120H6>